



Psicologia USP
ISSN: 0103-6564
revpsico@usp.br
Instituto de Psicologia
Brasil

Bacchi Machado, Sérgio
Entrevista e análise do discurso de um usuário de um NAPS: Sandro e a injustiça institucionalizada
Psicologia USP, vol. 21, núm. 3, septiembre, 2010, pp. 617-632
Instituto de Psicologia
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305123737010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ENTREVISTA E ANÁLISE DO DISCURSO DE UM USUÁRIO DE UM NAPS:

SANDRO E A INJUSTIÇA INSTITUCIONALIZADA

Sérgio Bacchi Machado

Resumo: No presente artigo analisou-se a transcrição de uma entrevista com um usuário de um Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) do Estado de São Paulo segundo o método de análise institucional de discurso. Visou-se, com isso, ao estudo da constituição do sujeito no discurso – o que implica tanto o seu vínculo com a instituição quanto a interlocução que se configura com o entrevistador no ato mesmo da entrevista. Empreendendo uma analítica do discurso do usuário – em detrimento de classificações psiquiátricas ou psicopatológicas impostas aos sujeitos –, realizou-se o delineamento de sua singularidade por meio da positivação de seu discurso. Buscou-se, ainda, mapear as correlações de força presentes em diversos temas recorrentes em sua fala, tais como a injustiça, a violência, os médicos, a sexualidade, medicamentos e cotidiano institucional. Por fim, propôs-se uma abordagem que, longe de corroborar com uma concepção da verdade como ente subterrâneo aguardando ser descoberto pelo pesquisador, toma o par usuário/instituição como uma produção única e indissociável.

Palavras-chave: Constituição do sujeito. Núcleo de Atenção Psicossocial. Análise do discurso. Instituições de saúde mental.

*E nas coisas efêmeras
Nos detemos.*
Hilda Hilst

Em março de 2006, concluímos uma pesquisa intitulada *A produção do usuário e seu uso sumário: discursos da clientela de um NAPS*. Tratou-se de um estudo institucional – caso compreendamos o termo “institucional” por um viés preciso que logo

apontaremos. Efetuamos entrevistas com usuários de um Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) do Estado de São Paulo e analisamos as transcrições pelo método da análise institucional de discurso. Por método entendemos o recorte com o qual nos propusemos a trabalhar, ou, em outras palavras, nossa estratégia de pensamento. Desse modo, pudemos afirmar que o próprio objeto de nossa pesquisa se constituiu no recorte metodológico; as condições de possibilidade de nossas enunciações foram dadas por ele. Método é visto aqui, portanto, como recorte tático e astúcia do pensamento. A comparação com a percepção de um holograma nos pareceu adequada: se focamos qualquer ponto restrito de sua imagem, visualizamos nesse ponto mesmo a totalidade da figura. Da mesma forma, o método, sub-repticiamente, firmou-se em toda a pesquisa. No presente artigo, mostraremos uma análise de entrevista com um usuário de um NAPS que, a nosso ver, pode incitar uma rica reflexão; porém, em razão do que enunciamos acima, fazem-se necessárias algumas linhas preliminares sobre nosso método – a análise institucional de discurso. A sessão seguinte é dedicada a ele.

Método

O método de análise institucional de discurso conforme proposto por Marlene Guirado (1995) nasce de uma exigência: trabalhar em psicologia sem, contudo, relegar as formações sociais a conjunturas externas ao sujeito. Ou seja, criar, por meio da psicologia, uma interface com um domínio da sociologia:

a equação em que me propunha a trabalhar era a de como dar conta de uma situação que tinha que ser pensada inevitavelmente em dois níveis: um, o da psicologia, o outro, o da sociologia. Os afetos, ou melhor, as relações em sua dimensão afetiva pareciam apreensíveis a quem por anos se dedicara aos estudos e trabalhos psicológicos. As instituições, na divisão do latifúndio, pareciam de propriedade de quem se dedicara aos estudos sociológicos. A situação concreta¹, entretanto, não grafa essas repartições.... Impunha-se, então, pensar como fazer psicologia nas instituições forçando o seu ângulo de abertura à esquerda dos testes, dos psicodiagnósticos e das psicoterapias individuais (e mesmo grupais, dependendo do enfoque), torcendo radicalmente sua posição histórica. E isto sem partir para atuações que se esgotem no plano imediato da política, o que em geral se afigura como “saída crítica”. (Guirado, 1995, pp. 80-81)

Encontramos, assim, afinidade com um pensamento que se propunha fazer tais questionamentos. Ele abria a possibilidade de pensar sobre

1 Devemos compreender o termo “concreto” como ponto de entroncamento que abrange o nível empírico, mas não se reduz a ele. A articulação contempla também os planos imaginário e social.

a loucura não como fenômeno da ordem da patologia a ser apreendido por uma tecnologia de testes psicológicos ou como afetos passíveis de interpretações que os esgotassem em si mesmos. Se algum método fosse desenvolvido com base nessa outra apreensão, a loucura poderia ser considerada em sua dupla face, psíquica e social, de forma que uma imbricasse a outra. Um pensamento desse porte inclinava-se a evitar a incômoda dicotomia instituição/loucura, pois, a nosso ver, parecia impossível pensá-las isoladamente. Quanto a isso, Guirado (1995) coloca que “a preocupação era, fundamentalmente, a de lidar com as diferenças conceituais como recortes passíveis de superposição pontuais, para não proliferar as dicotomias que ‘naturalizam’ os pontos obscuros e paralisam qualquer processo de conceitualização” (p. 81).

Superando tais dicotomias, ela configura do seguinte modo um objeto à psicologia:

as relações, mas não as que materialmente se dão e sim, tal como imaginadas, percebidas, representadas pelos que, concretamente, as fazem. O que caracteriza o especificamente humano e psicológico não são as habilidades e capacidades dos indivíduos, tomados como coisas em si, mas sim, o universo de suas representações e afetos. (Guirado, 1995, p. 81)

Fazendo, assim, uma aproximação entre psicologia e psicanálise – apoiando-se em *Psicologia de grupo e análise do ego* (Freud, 1976/1921) –, Guirado circunscreve as relações imaginadas e simbolizadas como campo de atuação específico do psicólogo. Ao “trazer” esse recorte da psicanálise para o método, ela garante a singularidade do sujeito que ora se constrói, e com isso diferencia-se dos demais domínios das ciências humanas. Não se trata de “traduzir” a psicanálise para uma “linguagem psicológica”, posto que nos preservamos da adesão simplista aos “psicologismos” por meio de sobreposições pontuais de diferentes campos do saber:

Mas um sujeito constituído nas e constitutivo das relações institucionais concretas. Esta concepção privilegia a posição na estrutura institucional e não as características ou capacidades individuais. Assim os conflitos, os distúrbios, os desvios, as inadequações são considerados, sobretudo, como expressão da articulação de posições, e não como sintoma de um indivíduo que está na instituição. (Guirado, 1995, p. 81)

A enunciação de que o sujeito se constitui nas relações institucionais nos remete a outra enunciação. Sem dúvida, ao mesmo tempo em que o sujeito é produzido nas relações institucionais, ele constitui essas práticas e relações. Nenhum determinismo e nenhuma exterioridade, portanto, entre sujeito e instituição. É por uma questão de método que, ao estudarmos o sujeito, falamos da instituição e vice-versa. Nesse sentido, a fundamentação

desse sujeito jamais poderia ser a sua interioridade biológica ou psíquica. Porém, não trabalhamos aqui com o conceito tradicional de instituição como organização, o que inviabilizaria a articulação sujeito-instituição. Antes, ao lidarmos com um sujeito cuja singularidade é afixada por uma sobreposição pontual com a psicanálise e, simultaneamente, pensarmos na instituição como produto e produtora desse sujeito, inofismavelmente um outro conceito de instituição se faz por exigir. Na mesma linha, se tomássemos o termo “instituição” em seu sentido corriqueiro de estabelecimento ou organização, não poderíamos considerar as relações institucionais em sua complexa rede de articulação de posições. Torna-se necessário, portanto, um deslizamento do conceito em questão. É o que propõe Guirado (1995) ao tomar de empréstimo a definição de José Augusto Guilhon de Albuquerque que postula a instituição como uma série de práticas sociais que se repetem e, ao se repetirem, legitimam-se. Escapamos à organização e, concomitantemente, acrescentamos complexidade à nossa instituição. Nosso solo fica, assim, menos firme, mas em compensação podemos nos deslocar sobre ele. Com esse deslizamento, criamos as condições de possibilidade para pensar sobre um sujeito constituído na malha institucional, ou seja, no interior de práticas e relações que, ao se repetirem e se legitimarem, produzem esse sujeito. Ao mesmo tempo – e esse é o paradoxo com que temos de lidar – essas práticas e relações são produzidas por esse mesmo sujeito. Portanto, ao enunciarmos a não exterioridade entre este e a instituição, negamos o dimensionamento do primeiro por suas habilidades e aptidões e damos ênfase ao contexto histórico indissociável de sua singularidade.

A loucura pode, desse modo, ser compreendida não como um desajuste ou sintoma cuja verdade deve ser buscada no interior de um sujeito imobilizado em suas (in)capacidades. Ao contrário, ela é figura ativa que faz seu traçado imprevisível no jogo de posições das relações institucionais. O sujeito, por sua vez, se constitui nesse entrecruzamento de lugares, uma vez que produz as práticas e relações sociais na mesma medida em que se representam² os lugares assumidos e atribuídos nessas práticas. A constituição do sujeito se dá, dessa forma, no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa.

Sendo a subjetividade delineada no interjogo das posições assumidas, atribuídas e exercidas, o discurso é o campo material em que esses lugares se distribuem e as representações se produzem. Nenhuma exterioridade, portanto, entre discurso, lugar/posição e representação. Devemos compreender discurso, aqui, não como o espelhamento mais ou menos distorcido de uma realidade não discursiva, quer seja de um mundo inter-

2 Guirado conceitua representação como indissociável das práticas e relações sociais, uma vez que aquela legitima e naturaliza estas. As representações, como efeitos dessas práticas e relações, revelam e escondem, reconhecem e desconhecem suas origens, ou seja, “despistam, ato contínuo, seu engenho instituinte” (Guirado, 1995, p. 82).

no repleto de fantasias inconscientes de caráter endógeno, quer seja de um conjunto de mecanismos socioeconômicos ocultos. Segundo Domini-que Maingueneau (1989, citado por Guirado, 2000):

Se você não parte do princípio de que o discurso é uma atividade, se você considera a instituição fora da linguagem, e a linguagem fora da instituição, não é possível pensar a articulação. É um fenômeno de integração recíproca: o discurso está na instituição, e a instituição também se configura por meio das instituições do discurso. A linguagem representa uma realidade, mas também é uma parte dessa realidade... O discurso é um dispositivo social, mas também é uma representação dessa sociedade. (p. 26)

Arremata Guirado (2000):

dizer que o discurso é ato dispositivo é acentuar seu caráter de dizer, em vez de acentuar o dito. Ou seja, é atentar para o que se mostra enquanto se diz: que tipo de interlocução se cria, que posição se legitima na asserção feita, que posição se atribui ao interlocutor, o jogo de expectativas criado na situação, como se respondem ou se subvertem tais expectativas e assim por diante.... Como se pode notar, não mais o discurso como representação de uma realidade que esteja fora das palavras, mesmo que esta realidade seja a tão cara "realidade psíquica". E, sim, o discurso como ato de enunciação, implicando reflexivamente os parceiros em relação, as expectativas (ou, como quer a psicanálise, os fantasmas) aí geradas a respeito da responsividade de um e de outro nesse quadro. (p. 26)

Ora, que são esses lugares se não cenas tecidas no discurso? Sem dúvida, "a cenografia, por sua vez, implicará as formas concretas mais particulares em que os personagens atribuir-se-ão papéis e os atuarão. Tudo, sempre, como discurso. Na rede discursiva, portanto" (Guirado, 2000, p. 87). A análise, ao privilegiar a cena, esquadrinha a reedição de lugares, mapeia o jogo da interlocução que se produz aquilo que se mostra e não necessariamente se diz. Em outras palavras, não privilegia o conteúdo em detrimento do dizer.

Entrevista e Análise

Usuário: Sandro³

Características básicas: cerca de quarenta anos, deficiente visual.

Entrevistador: *"Então, seu Sandro, o senhor pode me falar um pouco da sua história?"*

Sandro:

3 Nome fictício.

Posso, sim. É o seguinte: aconteceu um incidente aqui dentro do NAPS que eu não fui culpado e fui ameaçado de expulsão por um doutor, um médico, não sei o que que ele é, doutor Marco. Meu nome é Sandro R. N., tudo bem? Então foi o seguinte: assédio sexual. A mulher chama-se Joana N. Ela me seduziu a ir num motel com ela no dia cinco de dezembro. Aí eu falei para ela que no momento eu não tinha dinheiro. Que eu estava só com cinco reais e o quarto seria dez reais, e então eu não tinha dinheiro para levar ela para o motel. Tudo bem, passou. Quando foi no dia treze, foi quando eu recebi dinheiro, eu não procurei ela e nem ela também me procurou. Mas o veneno da mulher, você sabe como é. Ela me pegou e me entregou a doutor Marco, eu não sei o nome dele completo, e falou para ele que eu tinha chamado ela para um motel, sair daqui de dentro para um motel. Eu não chamei ela, juro por tudo quanto é sagrado que eu não chamei ela. Ela que me seduziu e falou para doutor Marco.

A história que Sandro conta, a sua história, é a de um *incidente*. Uma acusação de *assédio sexual*. Incidente nada casual, premeditado por aquela que acusa e mente em sua delação.

O *veneno da mulher* cria a farsa que responsabiliza a vítima pelo crime. O ressentimento da mulher rejeitada é combustível para articuladas engrenagens jurídicas (*assédio sexual*) e policiais (*ela me pegou e me entregou*). Configura-se, assim, o campo em que a verdade deve se desvelar: o inquérito policial e jurídico, espaço fundamental de verificação e comprovação de fatos. Necessário, portanto, apresentar nomes completos e datas determinadas. O réu, advogado de si mesmo, relata, em sua defesa, a história de seu *incidente*. A entrevista que se realiza é, por esse ângulo, investigação e tribunal. Investigação, pois nela se buscará reconstituir os fatos; tribunal, já que, com ela, julgam-se responsáveis. O próprio juramento fundamental dos que depõem – dizer somente a verdade – encontra ressonância nas enunciações “*Eu estou falando a verdade*”⁴ E “*juro por tudo quanto é sagrado que eu não chamei ela*”.

O lugar do entrevistador só pode ser o de juiz/investigador. A defesa deve convencê-lo da verdade que diz.

Insurge na cena, então, o médico Marco como juiz de outra ordem:

“Safado, senta aí. Quer dizer que você chamou Joana N. para ir para o hotel. Você não tem jeito. Olha, Sandro, na próxima vez que você chamar uma menina aqui dentro do NAPS para o hotel, eu vou pegar você e expulsar daqui. Você não vai passar do portão para fora”. Eu disse: “Mas, doutor, procure primeiro saber da história.” — “Não, não quero saber. Você é assim mesmo. A gente já conhece você. Você faz uma coisa, depois se faz de vítima.” Eu digo: “Doutor, eu sou realista. Eu não sou mentiroso. Então faz o seguinte: se o senhor acreditou nela, tudo bem, é um direito seu o senhor acreditar nela. Mas me jurar de expulsar da unidade do NAPS”

4 Sempre que o trecho transcrito aparecer em itálico sem indicação do enunciador ele refere-se ao entrevistado.

O médico Marco é posicionado como juiz brutal que condena arbitrariamente. Para ele, não interessa verificar nada. Colide-se aqui com a forma jurídica anterior: um julgamento tirano não lida com a dicotomia verdade/mentira – “Mas, doutor, procure primeiro saber da história. — Não, não quero saber.” –, mas se sustenta no arbítrio pessoal, inacessível à argumentação. “Mas me jurar de expulsar da unidade do NAPS.” Engendra-se uma oposição entre Sandro – aquele que sabe, diz e prova a verdade – e o doutor Marco – aquele que se deixa enganar, condena e ameaça. Sandro sabe, e desse saber advém a potência de seu discurso.

Não vou mentir para você, eu já chamei muita menina aqui para ir para o hotel. Mas essa eu não chamei. Eu estou falando a verdade. Eu não gosto de falsos. Eu odeio quando as pessoas me julgam sem eu fazer aquela coisa, entendeu?

O conflito desenvolve-se a partir disso no plano da violência física. Surge a possibilidade de homicídio: a promessa de expulsão torna-se jura de morte.

Nós hoje quase saímos na p... pancadaria. Na baixaria, mesmo. Eu e meu médico. Senão ele vai me dar um remédio e vai me matar. É capaz! Eu tenho assistido muito caso na psiquiatria isso aí. Eu não enxergo, sou deficiente visual. Eu não sei que remédio eu estou tomando, meu amigo: eu bebo e danço. Falou? Por isso que eu não quero passar com ele. Eu estou com medo de ele se vingar. Eu estou na fila do almoço e deficiente – que não é deficiente mais; se você não sabe, o nome deficiente é “especial”. Eu sou especial. Como eu sou especial, eu não pego fila em lugar nenhum. Como eu não pego fila em lugar nenhum, eu também não pego aqui. Aí se vingam porque eu corto a fila. Aí me chutam. Me dá murro. Ninguém vê. Mas na hora que eu apronto um pouquinho, todo mundo vê. [inaudível] estamos no Brasil, e principalmente no NAPS, cheio de injustiça. Só vejo injustiça aqui.

Injustiça e mentira fazem-se presentes no NAPS. O *veneno da mulher* coliga-se à vingança homicida em um encadeamento jurídico/policial sem direito à defesa do réu. Ele pressente a violência assaltando de todos os lados. Não há contenção para ela, pois *ninguém vê*, exceto o cego Sandro. Ele é *especial* não apenas por ser deficiente, mas porque vê o que todos ignoram.

E, no entanto, a advertência é a expulsão do NAPS, o banimento da própria instituição abusiva. Como se compõem para ele os limites interiores e exteriores às práticas institucionais? Que tensão ameaça do portão para fora? Veremos isso mais adiante.

Que vá para a USP, não só para a USP, que o NAPS seja, saiba, que o NAPS saiba dessa história inteira através de jornal, não sei de quê, não sei por onde!

Mas é válida essa pesquisa ou é só frescura? Porque para eu estar aqui gravando com você para não adiantar nada, também não adianta nem eu ficar aqui.

A possibilidade de rompimento do ciclo injustiça/violência provém da ação de outras instituições. Torna-se necessário um olhar externo que assinale e confirme o que já é patente para Sandro – “*Só vejo injustiça, aqui*”. Um olhar como esse só pode ser armado com um discurso de denúncia que faça reverberar o mau cotidiano ignorado (até mesmo, e principalmente, pelo NAPS). Assim, a “validade” da entrevista é submetida à perspectiva de produzir escândalo, a eficácia decorre de sua capacidade de gerar comoção. Já o lugar do entrevistador é o do repórter que faz repercutir (e é cobrado para isso) amplamente a história/incidente.

Sandro: “*Eu quero que isso aí, essa gravação que nós estamos fazendo aqui, sirva de alguma coisa para me ajudar. Você veio, como é seu nome?*”

Entrevistador: “XXXX”.

Sandro: “*De quê?*”

Entrevistador: “YYYY”.

A ação externa é de crítica e cobrança ao NAPS, consequência natural da denúncia e fundamento desta. Perguntar ao entrevistador seu nome e procedência parece ser um modo de implicá-lo e comprometê-lo nessa ação.

Eu quero que não fique esse trabalho que você está fazendo, eu quero que não fique à toa. Quero que você publique isso aí. Na USP, no jornal, procure um jornal, publique isso aí. E mande para o NAPS. Para eles ver o quanto que eu valo. Eu valo alguma coisa.

A denúncia reflete a verdade do NAPS para o próprio NAPS, fazendo-o voltar-se sobre si. Sujeitando-o, por meio de um circuito externo, ao que ele é, e expondo-lhe suas iniquidades:

Que o NAPS seja, saiba, que o NAPS saiba dessa história inteira através de jornal.

Mas me jurar de expulsar da unidade do NAPS... Sabe quantos anos eu tenho de NAPS? Quatro anos, quatro anos de NAPS! Eu acompanhei o NAPS desde o XXX, onde eu fazia tratamento lá e me mandaram eu para cá. Então eu tenho respeito pelas coisas que em mim prevalece, certo? Eu não sou qualquer um. Aí, ó: a camisa diz tudo. Escola de samba V.A. Ninguém tem essa camisa aqui. Ninguém! Só eu. Então eu sou adorado por todos, por que que o NAPS quer me desprezar?

Ingratidão e reconhecimento perfazem nova polaridade. Não se lida mais com a adulteração de fatos a ser desvelada, mas com uma cegueira ao valor e à devoção pessoal – “*eu valo alguma coisa*”. O discurso torna-se

queixoso, da mesma forma que valor e mérito deslocam a proeminência da verdade.

A orientação da ação institucional não visa ao apoio aos usuários que mais dele necessitam. Pelo contrário, por não estarem bem, estes são punidos com a expulsão:

O Marcelo pulou o balcão o ano atrasado e tomou todos os comprimidos que havia dentro da unidade, dentro do postinho. Deu... colapso. Quase morreu. Sabe o que foi que fizeram? Mandaram ele embora. Expulsaram ele daqui. Errado. [Bate na mesa.] Errado por quê?! Se ele tomou todos esses remédio, porque ele não tava bem! Você acha se ele estivesse bem ele ia tomar esses remédio tudo?! Não ia, ia? Aí expulsaram ele. Não sei se eles deram apoio em outro lugar. Ou se... ou se deixaram o Marcelo ao deus-dará. Eu acho que deixaram ele ao deus-dará.

Cabe destacar a proximidade da morte violenta e dos medicamentos. O movimento discursivo faz os medicamentos funcionarem ora como arma de homicídio – “Senão ele vai me dar um remédio e vai me matar” –, ora como via de suicídio. Em outro momento, os remédios são colocados como mal necessário e controle a fim de evitar a depressão. A medicação é também assimilada à gerência do tempo institucional: as práticas institucionais são vividas como dever e controle.

Sandro: “Segundas e quartas eu estou no hospital-dia. Só que está lascando porque eu tenho, ói: segunda, HD; terça, espelho mágico; quarta, HD; quinta, grupo de eventos; sexta, assembleia. [Bate na mesa.]”

Entrevistador: “E o que o senhor acha desse dia a dia?”

Sandro: “Triste. Muito triste. Você sabe quantos comprimido eu tomo?”

Entrevistador: “Humm?”

Sandro: “Para ser controlado?”

Entrevistador: “Humm?”

Sandro: “Dezoito comprimido.”

Entrevistador: “E o que o senhor acha de tomar dezoito comprimidos?”

Sandro: “Não sei. Isso aí eu não sei explicar. Porque se eu tirar um, a depressão volta. Eu não posso tirar nenhum.”

Sandro avizinha, então, a depressão a tráfico, drogas e prostituição. Nessa contiguidade, a depressão molda-se como desígnio ou dom:

Então, eu sou deprimido desde quando eu me entendo de gente, que eu tenho depressão e não sabia. Com doze anos de idade eu comecei... Doze não, seis anos! Com seis anos de idade eu já tomava copo de cerveja. Aí fui embora. Aí ficava meio tonto, assim, gostava, mas... Aí com oito anos eu experimentei cachaça: “Cerveja é amarga, vou ver cachaça como é”. Aí cheguei lá: “Vicente! Bota uma dose de cachaça aí pra mim.” Eu pequeno. “Mas, rapaz, você quer tomar cachaça desse tamanho?” Eu digo: “Ué?” Eu tinha um tamanho assim mais ou menos, sabe? De oito a dez ano. Aí peguei, tomei o primeiro gole de cachaça. Aí fui para casa almoçar. Tomar uma

só para almoçar. Ai almocei, pá. Ai, meu amigo, [inaudível]. Com quinze anos, tinha um colega chamado Adilson, lá onde eu moro em [inaudível], Alagoinhas, que ele fumava um baseado da porra – não pode xingar. Um baseado. Ai enrolou o baseado e me chamou: “Você quer dar um trago nesse baseado, Sandro?” Eu disse: “Quero, para ver como é.” Peguei o baseado, botei aqui: sssssss! Subi para a cabeça. Eu já sabia, rapaz; não sei, eu acho que eu nasci sabendo as coisa. Ele: “Porra, você pegou a maconha agora e já jogou para a cabeça! Ah, meu amigo... Sei não, heim, você está fumando por aí?” Eu digo: “Não, primeira vez” “E como você sabe que tem que prender a fumaça e jogar para a cabeça?” Eu digo: “Claro, se eu pegar ela e soltar para fora não vai adiantar nada. Tem que pegar a maconha e jogar para a cabeça”. Eu com quinze ano. Ai comecei... Comecei. Ai eu fiquei meio louco da cabeça. Eu já sofria depre... Já sofria depressivo... Chegava em casa, tirar os tarugo, os papel de maconha. Quem era maconheiro eu vendia; alguns. Eu vendia. Um real, dois real, dez real, depende. Ai virei traficante.

Drogas levam à perda de tudo a que se dá valor. Os vínculos são rompidos e a depressão como descontrole de si é uma “queda” que se mescla à doença.

Para que que eu fui, rapaz, entrei numa cachaça tão do cão. Eu perdi roupa, perdi tudo que eu tinha. Quando eu terminei de perder tudo, adoeci; fiquei quatro ano de cama. Dois anos na [inaudível] de minha irmã e dois anos em Candeias, doente. Eu: “Caramba.” Ai eu digo: “Eu levanto. Quando eu levantar, também não vou lá mais nunca.” Levantei, mano.

Eu tinha mulher; deficiente visual também. Mas só que a bebida desmanchou tudo. A bebida desmanchou o casamento. Ela tinha três filhos, não era nada meu. Ai eu entrei na cachaça, entrei na cachaça, entrei na cachaça e comecei a bater nela, a judiar dela. Ai ela não aguentou e me largou. Deixei faltar as coisas em casa, passaram fome. Sandro R. N. chegava em casa já bêbado, embriagado.

Declínio corpóreo, mas, acima de tudo, queda moral. O uso do nome completo e da terceira pessoa no trecho acima parece indicar uma dupla função, de distanciamento (do seu passado) e confissão. Por outro lado, vemos no trecho que se segue o uso inusitado do verbo “prostituir” em primeira pessoa para indicar (compreende-se posteriormente) o comércio com prostitutas. A conotação moral, ao que tudo indica, atravessa esse verbo no discurso. Prostituir-se é degenerar (em oposição a *recuperar*), cair em desgraça, enfim, deprimir. Essa é a história da *desgraça* de Sandro antes de o NAPS o *recuperar*.

Entrevistador: “Como era antes do senhor chegar no NAPS? Como era a sua vida?”

Sandro: “Uma desgraça.... Pedia esmola, fumava maconha, me prostituía. O NAPS me recuperou.”

Entrevistador: “Fale um pouco disso. Como que foi isso?”

Sandro: *"Triste. Prostituta até umas hora. Segunda, quarta e sexta eu pegava uma prostituta."*

O NAPS recuperou-o ao afastá-lo do vício e das prostitutas, controlando-o e trazendo-o para junto de si; impondo distância entre ele e o perigo vizinho. Expulsá-lo do NAPS equivale a aproximá-lo das drogas e da corrupção moral: *"mandar eu para a droga de novo!"* O uso da terceira pessoa no trecho seguinte – *"uma pessoa dessas"* – sugere o atual distanciamento e a possibilidade de retorno ao vício e à promiscuidade caso o banimento se concretize.

Maconha, prostituta e bebida. Pode uma pessoa dessas ficar na rua? Usando maconha, usando bebida alcoólica e as prostitutas. Pode esses médico estarem me tratando desse jeito? Eles conseguiram me recuperar da droga e agora quer mandar eu pra droga de novo!

No meu morro, a arma mais leve do meu morro aonde eu moro é uma HK de um amigo meu. Só. Amigo meu, heim. Mas eles lá e eu cá, tá?

Outro tipo de relação é possível por intermédio do NAPS, que, ao afastá-lo das drogas, o *recupera* para a confiança e a camaradagem. O vínculo e o cuidado viabilizam-se entre os usuários:

E, no fim das contas, eu moro com um amigo meu chamado Paulo B. S. É quem alivia um pouco o meu sofrimento.

Uma pessoa legal [Paulo], muito boa de se tratar; a gente se dá bem. Temos tempo do NAPS: quatro ano junto. Conheci ele aqui no NAPS, levei lá para casa. Está lá em casa até hoje. Não me dá trabalho; é muito bom. Gente boa.

Ao mesmo tempo em que a distância e o abandono se infundem fora de seus domínios, o NAPS aproxima e possibilita o vínculo entre as pessoas. A expulsão corresponde, em última instância, à impossibilidade de ser cuidado e à "queda" na depressão.

Deixei faltar as coisas em casa, passaram fome. [Sua mulher] lá pegar as coisas no vizinho, pá, nas minhas irmã. Aí minhas irmã sempre foi regulada: "Ah, quem tem obrigação de dar comida é Sandro, não é eu não."

Sábado e domingo, eu morava sozinho, sem ninguém. Fazia comida de qualquer jeito e comia. Quando eu tinha apoio de minha família, quando foi o tempo que eles me deram apoio, aí eu almoçava na casa dela e na casa da outra. Mas quando... mudamos, mudaram, eles mudaram para os prédios do CDHU e eu fiquei cá em cima do morro, sozinho. Então fica difícil eu ir para a casa deles sozinho, entendeu? Então eles não me apoiam. Quem lava minha roupa é uma amiga nossa, por nome dona Simoninha, ela que lava nossa roupa. A minha e do Paulo. E o resto tudo ele faz dentro de casa: limpa chão, faz tudo.

“Seu Roberto [um parente], o senhor não viu eu lhe chamando, não?” — “Não, vi não. Não vi você me chamando, não.” — “Rapaz, quase que eu morro aqui, você não está nem aí, né?” — “Ah, você quer que eu faça o quê? Eu não vi.” Está vendo o que é morar só?

E, no entanto, formam-se vínculos aquém do NAPS. Mesmo a preocupação com o outro existe, mas é um cuidado impotente. O zelo não se materializa em ação concreta e o abandono torna-se o único desfecho possível.

Ele [um vizinho] morava sozinho, coitado. “Mas, seu Mário, como é que o senhor vai almoçar a essa hora, seu Mário, três hora da tarde?” — “Ah, eu estava sem fome.” Pegou em minha mão, eu disse: “Seu Mário, sua pressão está baixa, seu Mário. Vá cuidar de sua pressão que ela está baixa.” Ele disse: “Minha pressão está baixa?” Eu disse: “Tá.” Mor calor, mano! Ele com a mão fria! [inaudível] a pressão dele está baixa demais. Aí eu não sei se ele foi ou deixou de ir. Não sei, né? Quando foi na sexta-feira, ele morreu. Morreu seu Mário... Ô amigo, sexta, sábado, domingo. Foram descobrir o corpo de seu Mário morto dez hora da manhã, por causa do estado de aputrefação.

Pela primeira vez, Sandro se coloca na posição de quem pode ajudar, e não somente receber auxílio. Imediatamente, porém, reverte esse lugar: *“Porque... sabe por que que eu contei isso na fita?... Porque pode acontecer comigo. Eu moro só, eu e o Paulo... Só que se Paulo for embora, eu vou morar só.”*

Cabe ainda destacar o vínculo estabelecido com Augusto, diretor e psiquiatra do NAPS.

Eu... na minhas aflições, que são muitas, aí o Augusto vê eu chorando ele não gosta de ver eu chorando. É como diz aquela música do Trio Parada Dura: “Se vê a pessoa chorando, dá vontade de chorar também.” Muito difícil uma pessoa chorar pelo outro. Chegou uma hora que eu e ele estava discutindo hoje; eu e doutor Marco. Doutor Augusto caiu fora. Doutor Augusto é o diretor daqui. Aí teve uma hora que eu perguntei, eu tava no carro do doutor Augusto, aí eu perguntei: “Doutor Augusto, quem manda na unidade? É você ou o... ou os outros?” Ele: “Sandro, pelo que eu saiba é eu.” Eu digo: “Não parece.” — “Por que que você diz que não parece?” — “Doutor Marco está com ideal de me expulsar da unidade.”

Há um vínculo de solidariedade com doutor Augusto. Porém, *quem manda na unidade* é outro médico, que exerce mando tiranicamente. Augusto parece se elevar no conceito de Sandro menos devido a sua atuação específica como médico (e todos os seus saberes médicos) do que pela sua bondade que viabiliza um vínculo solidário entre ambos.

“de médico eu não gosto, não. Eu me trato com eles, mas eu não me dou com eles, não. Seja quem for: doutor Augusto, doutor Marco.”

Quando Sandro se refere à prática médica mais especificamente, esta é caracterizada pelo autoritarismo e pela ausência de comunicação:

Mas médico, não; o negócio é diferente. Que eu já bato na mesa, já não quero saber. Porque médico é fresco. Você pega... você está falando com ele, ele está com a caneta só ali, ó [faz gesto de quem escreve]. Só riscando e riscando os remédio e você falando com as parede.

Finalmente, é importante acentuar nas enunciações de Sandro o domínio que ele impõe sobre o discurso do entrevistador. Para tanto, este é ora convocado a posicionar-se em consonância com o entrevistado, ora requerido a justificar-se: “Eles não vão me aceitar lá. É, ou não é?”

Sandro: “Aí você está fazendo um trabalho?”

Entrevistador: “Sim, é uma pesquisa.”

Sandro: “Mas é válida essa pesquisa ou é só frescura?”

Ele mostra, assim, que existe uma tentativa de enganá-lo. Entretanto, o logro fracassa uma vez que ele conhece e, justamente porque conhece, se impõe ante o entrevistador. “É, ou não é?”

Considerações finais

Podemos agora nos perguntar: “Mas como? Sandro não é um paciente? E, sendo paciente, não estaria ele delirando? Ou, será que não: poderia ser ele o único ponto de lucidez em uma instituição de médicos torturadores-bondosos que curam e ferem com a mesma mão? Nesse caso, tratar-se-ia realmente de um caso de polícia e seria preciso uma denúncia, talvez uma investigação.”

No entanto, podemos nos colocar frente ao discurso de Sandro de outro ângulo. Podemos tentar, num mesmo movimento, romper a exterioridade absoluta que nos separa dele e, ao mesmo tempo, não nos identificar com sua fala fascinante. Para isso – ou seja, para captar a fulgurância plástica desse discurso não apenas de uma perspectiva estética, mas também analítica –, é necessário questionar a própria vontade de verdade que nos atravessa. Com efeito, quando nos posicionamos de um modo analítico, as perguntas que sempre silenciosamente nos orientam e conduzem – “quem realmente está dizendo a verdade?, quem a oculta?” – deixam de proceder. Podemos, então, caminhar com passos leves e ágeis quais os de Nietzsche e, junto com ele, questionar por um instante breve como o olhar de um homem louco: “Por que sempre a verdade?”

Sandro nos fala muito do NAPS. Precisamos considerar essa fala delirante? Mas, se a tomarmos como um delírio, em que isso nos ajudaria a ouvir o que ele tem a nos dizer? A questão não é de diagnóstico, mas sim de analisar como o discurso do usuário configura uma densa rede de relações sociais que o ultrapassam e muito nos dizem sobre a instituição pesquisa-

da – além dele mesmo, é claro. Pudemos, na entrevista/análise precedente, acompanhar o desenho de algumas linhas de força discursivas, de modo que o filtro diagnóstico – ou mesmo algum procedimento de natureza interpretativa – em nada nos auxiliaria. De fato, pudemos mapear alguns elementos densamente inervados, tais como o medicamento, o médico, o outro usuário, o par injustiça/violência, o que não nos seria possível mediante um procedimento de caça à “verdade oculta” da instituição e do sujeito. Mas, para isso, tivemos que considerar esse sujeito não mais como um dado, mas como uma produção – a produção do usuário e o uso que ele faz de si mesmo e da instituição. Quis o destino que essa fosse sua riqueza e também sua fragilidade.

Interview and analyses of a naps's user discourse: Sandro and the institutionalized injustice

Abstract: The present article analyses the transcription of an interview with an user of a Social and Psychological Attention Centre (Naps) in the state of São Paulo according to the institutional analyses of discourse method. It aimed at the study of the subject's constitution through his own discourse, which comprehends his relationship with the institution and the interlocution built with the interviewer during the interview. Focusing on the user's discourse analyses - instead of psychiatric or psychopathological classifications imposed on the subject- we obtained the outlining of his singularities through the positiveness of his discourse. Another goal was to map the power correlations founded in many constant topics of his discourse, like injustice, violence, doctors, sexuality, medicines and institutional routine. At last, the chosen approach doesn't confirm the idea of truth as an underground entity waiting to be discovered by a researcher, it takes the partnership “user/institution” as a unique and unseparable production.

Keywords: Constitution of the subject. Social and Psychological Attention Centre. Discourse analysis. Mental health institutions.

Entretien et analyse du discours d'un usager d'un naps: sandro et l'injustice institutionnalisée

Résumé: Dans le présent article il a été analysé la transcription d'un entretien avec un usager d'un Centre d'Attention Psychosociale (Naps) de l'état de São Paulo selon la méthode d'analyse institutionnelle du discours. L'objectif a été l'étude de la constitution du sujet dans le discours – ce qui implique aussi bien son lien avec l'institution que l'interlocution établie avec l'intervieweur dans l'acte même de l'entretien. En entreprenant une analyse du discours de l'utilisateur – en dépit des classifications psychiatriques ou psychopathologiques inculquées aux sujets -, il a

été question de délinéer sa singularité par la positivation de son discours. Par ailleurs, l'article a cherché à tracer les corrélations de force présentes entre plusieurs thèmes récurrents dans son discours, tels que l'injustice, la violence, les médecins, la sexualité, les médicaments et le quotidien institutionnel. Enfin, l'on propose une approche que, loin de corroborer une conception du sujet en tant qu'être souterrain qui attend d'être découvert par le chercheur, prend la paire usager/institution comme production unique et indissociable.

Mots-clés: Centre d'attention psychosociale. Analyse du discours. Institutions de santé mentale.

Entrevista y análisis del discurso de un usuario de un Naps: Sandro y la injusticia institucionalizada

Resumen: El presente artículo analiza la transcripción de una entrevista con un usuario de un *Núcleo de Atenção Psicossocial* (Naps) del Estado de San Pablo según el método de análisis institucional de discurso. Para ello, se ha seguido el estudio de la constitución del sujeto en el discurso –lo que implica tanto su vínculo con la institución como la interlocución que se configura con el entrevistador en el propio acto de la entrevista. Al emprender una analítica del discurso del usuario – abandonando clasificaciones psiquiátricas o psicopatológicas impuestas a los sujetos – se ha realizado el delineamiento de su singularidad por medio de la positivación de su discurso. Se ha intentado, aún, mapear las correlaciones de fuerza presentes en diversos temas recurrentes en su habla, tales como la injusticia, la violencia, los médicos, la sexualidad, medicamentos y cotidiano institucional. Finalmente, se propuso un abordaje que, al contrario de corroborar una concepción de la verdad como ente subterráneo a la espera de ser descubierto por el investigador, toma el par usuario/institución como una producción única e indisoluble.

Palabras clave: Constitución del sujeto. Núcleo de Atenção Psicossocial.; Análisis del discurso. Instituciones de salud mental.

Referências:

- Freud, S. (1976). Psicología de las masas y análisis del yo. In S. Freud, *Obras completas* (J. L. Etchverry, trad., Vol. 18, pp. 63-136). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1921)
- Guirado, M. (1995). *Psicanálise e análise do discurso*. São Paulo: Summus.

Guirado, M. (2000). *A clínica psicanalítica na sombra do discurso*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sérgio Bacchi Machado, Psicólogo e Mestre pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Endereço para correspondência: R. Souza Ramos, 171, apto. 32 A, Vila Mariana, CEP: 04120-080, São Paulo, SP. Endereço eletrônico: bacchimachado@gmail.com

Recebido em: 20/11/2009
Aceito em: 16/04/2009
